



Artigo

**O MST e a Luta pela Terra em Ribeirão Preto (SP): psicologia política,
políticas públicas e direitos**

*The MST and the Struggle for Land in Ribeirão Preto (SP): political psychology,
public policy and rights*

*El MST y la Lucha por a la Tierra en Ribeirão Preto (SP): psicología política, políticas
públicas y derechos*

Leandro Amorim Rosa¹

¹ Filiação institucional. Psicólogo e mestrando em psicologia pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. É pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: psi_doug@yahoo.com.br

Instituição de correspondência

Universidade de São Paulo – Escola de Artes Ciências e Humanidades – GEPSIPOLIM – Av.
Arlindo Bétio, 1000 - CEP: 03828-000 - São Paulo – SP — Brasil

Resumo

O artigo discute parte do processo de luta pela terra desenvolvido no município de Ribeirão Preto (SP). A partir de um breve histórico da organização agrária brasileira, apresenta-se o MST como fio condutor da construção do relato sobre a luta abordada. Evidencia-se que os avanços já conquistados no que diz respeito ao direito à terra estão vinculados à articulação de sujeitos políticos diversos que, juntos, foram capazes de formar um forte bloco de luta pela reforma agrária. Tais avanços, a partir de um enfoque psicopolítico, relacionam-se ao

desenvolvimento da saúde mental – individual e coletiva – desses sujeitos assentados. Mesmo reconhecendo vitórias, deve-se ter claro que os avanços obtidos ainda se distanciam de um processo de reestruturação agrária cujo fim seja a democratização da terra.

Palavras-chave: MST. Movimentos Sociais. Participação Política. Políticas Agrárias. Psicologia Política.

Abstract

The article covers part of the struggle for land process developed in Ribeirão Preto (SP). From a brief history of the Brazilian agrarian organization, it presents the MST as guiding the construction of the story about the fight approached. It is evident that the progress already achieved with regard to land rights is related to the articulation of various political subjects that together were able to form a strong block of struggle for agrarian reform. From a psychopolitical focus, such advances are related to the development of mental health - individual and collective - of these subjects seated. While recognizing wins, it should be clear that the advances achieved further distance themselves from a process of agrarian restructuring whose purpose is the democratization of land.

Keywords: MST. Social Movements. Political Participation. Agrarian Policies. Political Psychology.

Resumen

El artículo cubre parte del proceso de la lucha por la tierra desarrollado en Ribeirão Preto (SP). A partir de una breve historia de la organización agraria brasileña, presenta el MST como guía de la construcción de la historia de la lucha abordada aquí. Es evidente que los progresos ya alcanzados en materia de derechos sobre la tierra se relaciona con la articulación de los diversos sujetos políticos que juntos fueron capaces de formar un bloque fuerte de la lucha por la reforma agraria. Estos avances, desde un enfoque psicopolítico, se relacionan con el desarrollo de la salud mental - individual y colectiva - de estos colonos sujetos. Sin dejar de reconocer victorias, debe quedar claro que los avances logrados se distancian aún más de un proceso de



reestructuración agraria cuyo objetivo es la democratización de la tierra.

Palabras clave: MST. Movimientos Sociales. Participación Política. Políticas Agrarias. Psicología Política.

Introdução¹

Nesse artigo, abordamos parte do processo de luta pela reforma agrária no município de Ribeirão Preto (SP). Além de apresentar tal relato, buscamos entender alguns desdobramentos desse processo a partir de um enfoque da psicologia política e das políticas públicas.

A luta pela reforma agrária em Ribeirão Preto é marcada por embates em diversos campos: político, social, jurídico e ideológico. Os atores envolvidos são múltiplos e é apenas a partir da articulação de aliados em diferentes frentes que se tornou possível avançar. Entendendo a importância que a mobilização social possui na implementação de políticas públicas e na efetivação de direitos, teremos como fio condutor de nosso percurso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sujeito coletivo de fundamental relevância nos conflitos agrários da região aqui abordada.

Antes de tratar da luta pela terra em Ribeirão Preto propriamente dita, realizaremos um breve percurso histórico tendo como foco a organização agrária brasileira e o desenvolvimento do MST.

Organização Agrária Brasileira e o MST

A história do MST possui, entre seus antecedentes remotos, o modelo de colonização ao qual a coroa portuguesa submete o Brasil. Tal modelo privilegiava o latifúndio e a monocultura de exportação com objetivos de explorar os territórios colonizados em prol do enriquecimento da metrópole. O latifúndio e a monocultura, mesmo tendo passado por períodos com diferentes caracterizações, ainda são muito presentes no Brasil e sua perpetuação possui alguns marcos importantes em nossa história (Rego Barros, 2008).

Segundo Ianni (1984), até os anos 30 do século XX, os principais atores políticos e econômicos brasileiros eram ligados ao setor agrário. Após a Independência (1822), o bloco agrário açucareiro se destaca como o principal sujeito político de nosso país. Esse bloco é responsável por manter, durante a Monarquia, um modelo econômico que tinha como eixo o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo. Após 1888, o bloco hegemônico passa a ser

¹ Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa de mestrado da qual resulta esse artigo.

composto pelas elites agrárias cafeeiras paulistas e mineiras. Esse bloco ainda defende o latifúndio e a monocultura como grandes características de seu modelo econômico, no entanto, diferente do anterior, defende a República e não a Monarquia, e o trabalho assalariado em detrimento do escravo. Evidentemente, essa substituição entre blocos de poder em nosso país se relaciona com elementos econômicos, políticos e sociais que se deram nacional e internacionalmente. Entre eles, podemos destacar o fim do tráfico de escravos, o avanço do trabalho assalariado e a crise do setor açucareiro. Mesmo entendendo que após a década de 30 os blocos políticos hegemônicos brasileiros foram predominantemente ligados ao setor industrial, Ianni (1984) ainda reconhece o poder e a influência que o setor agrícola continua desempenhando em nossa história.

Um importante marco na história brasileira no que tange à questão agrária é a Lei de Terras estabelecida em 1850, a qual torna a posse das terras possível exclusivamente por meio da compra. Essa legislação se mostrou um eficiente mecanismo para evitar que com a introdução do trabalho livre no Brasil a terra fosse ocupada por aqueles que não fossem grandes detentores de capitais, principalmente imigrantes e escravos libertos. Segundo Silva (1999:30)

Isto significa que a propriedade da terra, que antes era atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de compra dos futuros proprietários. É por meio deste monopólio que a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão atos do direito público.

De acordo com Ianni (1984), a forma como o capitalismo avançou no meio rural brasileiro durante o século XX tornou cada vez mais difícil para o pequeno produtor se manter em suas terras. Já não era mais possível para o pequeno proprietário competir com os grandes latifundiários. Restava-lhe, em grande parte das vezes, apenas a alternativa de vender suas terras ou ceder à expropriação, aumentando ainda mais os latifúndios, e tentar a vida como empregado rural ou migrante nas grandes cidades.

Silva (1999) defende que a expropriação das terras de pequenos proprietários é uma prática que perpassa toda a história brasileira, no entanto, com o tempo, os mecanismos legais foram se tornando mais eficientes que a ação violenta direta. Nesse contexto de expulsão e “proletarização” do trabalhador rural, cada vez mais intensas, a partir dos anos 50, surge o movimento que ficou conhecido como as Ligas Camponesas. As pessoas mobilizadas em torno das Ligas reivindicavam a melhora das condições de trabalho no campo e direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Após esse período, se fortaleceram os sindicatos rurais, com destaque à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) da qual participavam 26 federações e mais de duas centenas de sindicatos rurais no ano de 1964. No entanto, as expectativas dos movimentos populares, sintetizadas nas Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart, são frustradas com o golpe civil militar de 64 (Rego Barros, 2008).

No mesmo ano de 1964, é decretada pelo então “presidente-marechal” Castelo Branco a primeira lei de reforma agrária do Brasil, denominada Estatuto da Terra. Para Morissawa (2001), essa lei possuía características progressistas, porém jamais foi implementada.

Segundo o autor, as poucas desapropriações corridas no período tinham o objetivo apenas de desarticular e controlar as lutas sociais.

Também é criado, no início da década de 60, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). O ETR visava regulamentar as leis trabalhistas para o trabalhador rural. Esse aparato jurídico não tratava sobre a posse da terra pelos trabalhadores, mas apenas pelos seus direitos enquanto empregados. Silva (2004) escreve que, além de não propor nenhuma alteração no que diz respeito à posse das terras pelos camponeses, o ETR, ao implementar no campo relações assalariadas extraídas do modelo urbano, foi responsável pela expulsão de muitos trabalhadores da área rural. Por fim, Morissawa (2001) defende que a política agrária dos militares foi responsável pela modernização tecnológica das grandes propriedades e não pela sua redistribuição. Segundo Silva (2004:22) “o projeto modernizador da agricultura assentou-se no tripé: militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e aumento da exploração dos trabalhadores, muitos dos quais foram reduzidos à condição de escravos”.

Stedile e Fernandes (2012) defendem três importantes fatores para a gênese do MST. O primeiro deles seriam os aspectos socioeconômicos das transformações que a agricultura sofreu na década de 1970. Os autores, em consonância com Silva (2004) e Morissawa (2001), falam sobre um processo de “modernização dolorosa”, o qual estaria baseado no aumento das tecnologias no meio rural – que acabam por expulsar grandes contingentes do campo – na manutenção da concentração de terras e na exclusão social. Muitos camponeses buscaram superar tais dificuldades migrando para zonas de fronteiras agrícolas ou mesmo para as cidades. Em pouco tempo ficou evidente que nenhuma dessas alternativas era capaz de suprir as necessidades dos migrantes. Os camponeses não conseguiram se manter como agricultores familiares nas áreas de fronteira agrícola, assim como já não havia empregos suficientes nas cidades dada a perda de força que a industrialização já sofria naqueles anos. Stedile e Fernandes (2012:19) escrevem

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST.

Os outros dois fatores que os autores destacam na gênese do MST são os aspectos ideológicos e o momento político brasileiro. Segundo Stedile e Fernandes (2012), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenhou um papel fundamental na criação do MST. A CPT teria sido fundamental no processo de conscientização dos camponeses, além de contribuir de forma decisiva para que o movimento se constituísse como uma força unificada de caráter nacional. No que se refere ao momento político brasileiro, os autores defendem que o MST surge também graças ao apoio de diversos outros movimentos que se aglutinavam em torno da luta pela redemocratização do país.

A partir do final dos anos 70 o Brasil passa por uma grave crise econômica ao mesmo tempo em que vive um intenso clima de mobilização popular: os movimentos operários voltam a organizar greves, são criados o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos

Trabalhadores), começa o movimento pelas “Diretas Já”, entre outros. Segundo Urquiza (2009), essa conjuntura de mobilizações e crise, somada à perpetuação da centralização de terras, riqueza e poder, leva os trabalhadores rurais organizados principalmente pela CPT a realizarem sua primeira ocupação de terra em 07 de setembro de 1979, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa organização de trabalhadores rurais é tida como o embrião do MST. No Estado de São Paulo merece destaque a luta pela posse da terra na fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Tal luta possui relevância histórica não apenas por ser a mais antiga desde o golpe militar de 64, mas também pela sua importância no processo de organização do MST no Estado (Silva, 2010).

No ano de 1984, em Cascavel no Paraná, acontece o Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, onde além dos trabalhadores rurais estavam representados: a CUT, a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a Pastoral Operária de São Paulo. Nesse encontro, as ocupações de terras são consideradas como instrumento legítimo de luta por uma reforma agrária contrária às grandes concentrações de terra. Os militantes ali reunidos definiram o objetivo de criar uma articulação nacional para compor um movimento que teria como eixos: “a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2009).

Segundo Stedile e Fernandes (2012), o MST possui desde sua origem três características fundamentais:

- 1) É um movimento popular, ou seja, qualquer pessoa pode dele fazer parte, o que lhe caracteriza como não sectário. Uma peculiaridade do MST é que toda a família participa do movimento, não só os homens adultos como ocorre, por exemplo, nos sindicatos em geral².
- 2) O movimento possui um componente sindical. Há uma luta corporativa (principalmente no primeiro momento) que é pela terra, por financiamento, estradas, preço de produtos, reivindicações de cunho prioritariamente econômico.
- 3) O movimento possui um caráter político. O MST não se restringe às pautas econômicas corporativas, mas busca integrar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. A luta é contra uma classe (latifundiários) e contra um Estado que apóia tal classe, definido pelos autores como Estado burguês.

Em 1985, em Curitiba (PR), ocorre o I Congresso Nacional do MST. Esse Congresso teve como principal palavra de ordem: “Sem reforma agrária não há democracia”. Fica evidente, pelo mote de luta deliberado nesse primeiro congresso, a vinculação do movimento sem terra com o momento de redemocratização brasileira. Mesmo sobre a repressão militar, o movimento de luta pela reforma agrária resistiu durante o período da ditadura. O desafio posto a partir deste congresso foi organizar nacionalmente essa luta fazendo com que a suas

²Para mais informações sobre a participação das famílias no MST, consultar A. S. Silva (2002, 2003).

reivindicações fossem postas na agenda política nacional. O 2º Congresso Nacional do MST ocorreu no ano de 1990 em Brasília. A palavra de ordem desse congresso era: “Ocupar, resistir e produzir!”. Segundo Urquiza (2009), o governo da época, dirigido pelo presidente Fernando Collor de Mello, foi responsável pela implantação de políticas neoliberais e repressões contra os movimentos sociais. Esse congresso foi o momento de avaliar as vitórias e derrotas do MST e seus aliados ocorridas no período anterior. Entre as vitórias, merece destaque a inclusão na Constituição de 88 da possibilidade de desapropriação de terras para fins de reforma agrária que não cumprissem com suas funções sociais. Entre as derrotas, podemos destacar a não aprovação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) devido, entre outros fatores, a forte pressão da União Democrática Ruralista (UDR).

Em seu 3º Congresso Nacional, ocorrido em 1995 em Brasília, o MST toma como palavra de ordem: “Reforma agrária: uma luta de todos!”. Esse mote sintetiza o entendimento dos militantes de que a reforma agrária é uma luta que diz respeito a toda a sociedade, sendo apenas possível com amplo apoio dos diversos setores sociais. A palavra de ordem também remete à defesa empreendida pelo MST de que a implementação da reforma agrária trará benefícios não só aos trabalhadores rurais, mas a todos os trabalhadores brasileiros a partir da reorganização da estrutura fundiária e produtiva nacional (Morissawa, 2001). No mesmo ano do congresso e no ano seguinte, ocorreram dois grandes massacres que marcaram a história do MST. O primeiro em Corumbiara e o segundo em Eldorado dos Carajás, ao todo se somaram trinta e quatro assassinatos nesses dois conflitos. Em resposta à impunidade diante dos massacres, o MST realizou, em 1997, uma das maiores marchas da história do Brasil, na qual três colunas marcharam por mais de mil quilômetros até Brasília, onde mais de cem mil pessoas esperavam os caminhantes (Urquiza, 2009).

Segundo Urquiza (2009), o governo Fernando Henrique Cardoso foi responsável por avanços ínfimos no que diz respeito à reforma agrária, além de aprofundar a política neoliberal já implementada pelo seu antecessor. O 4º Congresso do MST ocorrido em 2000 em Brasília teve como palavra de ordem: “Por um Brasil sem latifúndio!”. Os principais encaminhamentos desse congresso se focavam na luta contra as políticas neoliberais do então governo.

A eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2002, representou um momento de expectativa para o movimento. Esperava-se que o antigo líder sindical realizasse grandes mudanças na política agrária brasileira. No entanto, após oito anos, avalia-se que muito pouco se avançou na reforma agrária durante o seu governo³. Além disso, o movimento entende que houve uma ofensiva do neoliberalismo que propiciou maior integração entre os latifúndios e as empresas transnacionais sob o controle do capital financeiro (Rego Barros, 2008). O 5º Congresso do MST ocorreu em 2007 também em Brasília e sua palavra de ordem foi: “Reforma agrária: por justiça e soberania popular!”. Como linhas gerais desse congresso deliberou-se por “desenvolver o conceito de soberania alimentar e das sementes como

³Os números de famílias assentadas até o ano de 2012 estão disponíveis em <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>.

patrimônio da humanidade; de promover a luta contra os produtos transgênicos e contra as monoculturas e pela preservação ambiental” (Urquiza, 2009 p. 45). Está previsto para o ano de 2014 o 6º Congresso do MST, o lema desse encontro será “Lutar! Construir reforma agrária popular” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2013).

O MST historicamente desenvolveu formas diversas de luta, a ocupação de terra é a principal dessas, no entanto não é a única. Entre as outras maneiras que o movimento possui de reivindicação se destacam: acampamentos permanentes, marchas por rodovias, ocupação de prédios públicos e manifestações nas grandes cidades. Essas ações têm, em geral, o objetivo de criar fatos políticos que pressionem as autoridades governamentais à realização das pautas do movimento. Morissawa (2001) defende que a organicidade do MST, assim como suas formas de luta, ocorre a partir das experiências concretas do movimento. Assim sendo, a construção do MST se dá por meio da práxis de seus militantes, orientada por espaços de permanente reflexão e estudo.

Para terminar esse tópico, citamos um trecho do próprio MST, escrito com dados de 2009:

Atualmente, o MST está organizado em 24 estados, onde há 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas. Hoje, completando 25 anos de existência, o Movimento continua a luta pela Reforma Agrária, organizando os pobres do campo. Também segue a luta pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana, princípios definidos lá em 1984 (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2009).

A Luta pela Terra em Ribeirão Preto

A região de Ribeirão Preto ocupa uma posição de destaque no que diz respeito à produção agrícola estadual, em especial, no setor da agroindústria canavieira⁴. Segundo Dorival (2009), o município começa a se tornar referência de produção agrícola em meados do século XIX, quando se torna um importante produtor nacional de café. Mesmo com a crise de 1929, a produção dessa cultura permanece significativa até os anos 60. Durante esse período o café divide espaço com outros ramos econômicos no município, em especial a policultura e os setores comercial e de serviços que se desenvolvem intensamente. Por fim,

⁴ Em 2011 a região de Ribeirão Preto teve o terceiro maior valor de produção de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo: R\$ 1.688.359.566,89. Dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola). Recuperado de http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/vp.aspx?cod_sis=15

nos anos seguintes, o café acaba por ser substituído pela cultura da cana-de-açúcar, a qual se estruturaria enquanto agroindústria canavieira posteriormente.

Segundo dados do IBGE⁵ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município de Ribeirão Preto, no final da primeira década dos anos 2000, possuía seu PIB (Produto Interno Bruto) predominantemente concentrado no setor de serviços, sendo este responsável por mais de 80% do PIB total do município. Os setores industrial e agropecuário correspondiam aproximadamente a 19% e 0,003% do PIB respectivamente.

Dorival (2009), também embasado em dados do IBGE, escreve que a microrregião de Ribeirão Preto possui uma área total de 6.007,036 Km² e uma população de 967.890 pessoas. No entanto, do total de seu território, há apenas 2.500 hectares de áreas de projetos de assentamentos de reforma agrária.

Mesmo apresentando bons índices socioeconômicos, a região de Ribeirão Preto se tornou um foco de conflitos agrários diversos. Segundo Firmiano (2009), até o início dos anos 80, quando os trabalhadores rurais passaram a se organizar em sindicatos, as lutas eram pontuais e dispersas. Um marco no que diz respeito à luta dos trabalhadores rurais na região foi a greve de Guariba em 1984⁶. A partir de então, os conflitos agrários na região passaram por uma reestruturação de formas e conteúdos, a qual, segundo Firmiano, foi marcada pela chegada do MST.

A construção do movimento na região de Ribeirão Preto é marcada inicialmente pela criação do Núcleo de Apoio a Reforma Agrária, no interior do sindicato dos Correios de Ribeirão Preto, o qual era composto por dirigentes de diversos partidos e movimentos de esquerda, e tinha como objetivo aproximar as lutas do campo e da cidade em prol de um projeto de reestruturação social. Esse núcleo passou a se aproximar do MST a partir das ações que o movimento desenvolvia na região. Com o tempo, foi-se evidenciando entre os militantes a necessidade de atuar no município de Ribeirão Preto especificamente.

Em meados dos anos 90, chegam alguns militantes do MST em Ribeirão no intuito de constituir uma frente de massa que pudesse instalar o movimento no município. Segundo Dorival (2009:58),

O crescimento do índice de desemprego na região, ocasionado, principalmente, em razão da crescente mecanização do corte de cana-de-açúcar, do fechamento de usinas de açúcar e álcool e a presença de movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra são elementos que contribuíram sobremaneira para uma maior ocorrência de ocupações de terra improdutivas e famílias acampadas na região.

⁵ Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=354340&r=2#>

⁶ Para mais informações consultar documentário “Califórnia à brasileira” (1991) com direção de José Roberto Novaes

Outro importante ator presente no momento de instalação no MST no município de Ribeirão Preto foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da cidade, a qual conseguiu um local para que os primeiros militantes, até então abrigados no Sindicato dos Correios, pudessem residir e desenvolver suas atividades. A partir de então se deu início ao chamado trabalho de base⁷ em Ribeirão Preto (Dorival, 2009). A primeira ocupação liderada por esse grupo foi em Matão, onde se instalou, em 1999, o assentamento Dom Helder Câmara. Avalia-se que, por erros estratégicos houve uma grande derrota política e a perda desse acampamento. No entanto, o MST não abandona a região.

Em 2000, outra ocupação foi planejada e efetuada no município de Serra Azul, onde se instituiu o acampamento Sepé Tiaraju (Firmiano, 2009). O Sepé viria a ser o primeiro assentamento agroecológico do Estado de São Paulo. A partir dessa ação, o MST pôde melhor se articular na região expandindo seu trabalho de base, bem como suas alianças com diversos setores da sociedade (Gonçalves, 2010). Entre tais aliados destaca-se, naquele momento, a Igreja Católica, especificamente seus setores ligados às pastorais sociais. A Igreja cedeu ao MST, em 2002, uma área conhecida como Sítio Pau D'Alho, onde seria instituído o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara. Além de abrigar a secretaria do movimento, neste Centro, desenvolveram-se atividades das mais diversas – políticas, formativas, técnicas, artísticas – tanto para a militância do MST como para a sociedade em geral. O Centro permaneceu neste sítio até janeiro de 2011, quando foi transferido para a já desapropriada Fazenda da Barra e então assentamento Mário Lago.

Segundo Firmiano (2009), os diversos sujeitos, coletivos e individuais, que se aliaram ao MST – os chamados “amigos do movimento” – foram fundamentais para a concretização dos assentamentos de reforma agrária em Ribeirão Preto. Destaca-se também na luta pelo direito à terra na região a atuação do Ministério Público, mais especificamente, a Promotoria do Meio Ambiente e Conflitos Agrários.

Em Ribeirão Preto, a luta pela reforma agrária se trava principalmente pela chamada Fazenda da Barra. O processo de desapropriação foi iniciado em 2000, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], embasado tanto pelo não cumprimento das metas de produtividade da fazenda como pela degradação ambiental a qual a área estava exposta. Andrade Júnior (2013) defende que as peculiaridades da região de Ribeirão Preto tornam necessária a ambientalização da luta pela reforma agrária. O autor sustenta a necessidade de fundamentar os processos de desapropriação das terras prioritariamente na subfunção ambiental da função social da propriedade e não em parâmetros de produtividade.

A área da antiga Fazenda da Barra possui cerca de 1700 hectares e chega a atingir distâncias internas de até sete quilômetros (Dorival, 2009). A fazenda possui uma especificidade ambiental muito relevante, ela é uma área de recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores mananciais subterrâneos de água doce do mundo. Essa característica faz com

⁷ Para mais informações consultar *Caderno de Formação 32: Método de trabalho de base e organização popular*, publicado pelo MST.

que sejam necessárias formas de manejo com a terra específicas na área⁸. Mesmo com a severa degradação ambiental, a qual foi exposta, a Fazenda da Barra ainda possui uma rica biodiversidade, abrigando em suas terras áreas de mata atlântica, cerrado e várzeas.

A descoberta pelo MST de que os proprietários da Fazenda da Barra (Fundação Sinhá Junqueira) planejavam a venda de suas terras, tentando com isso evitar a desapropriação, foi o estopim para o processo de ocupação. Devido a um aparato jurídico implementado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso⁹, o movimento não poderia ocupar a fazenda, pois isso atrasaria a sua possível desapropriação. Assim sendo, em 2003 foi realizada a ocupação de uma área anexa à fazenda, o Sítio Braghetto, como forma de pressão para a implantação da reforma agrária na Barra. Participaram da ocupação cerca de 250 famílias da cidade de Ribeirão Preto e região. O local ocupado é situado no bairro Ribeirão Verde, distante aproximadamente 10 km do centro de Ribeirão Preto (Dorival, 2009).

Dado o avanço considerado insuficiente do processo de desapropriação das terras da Barra, o MST opta por realizar novas ações com o intuito de pressionar o Estado. Em novembro de 2003, cerca de 500 pessoas são deslocadas para o Parque Maurílio Biagi, localizado próximo à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, onde estabelecem acampamento. Nove dias depois, a prefeitura municipal oferece uma área localizada no bairro Parque das Flamboyants, para onde as famílias acampadas tanto no sítio como no parque se mudam. No dia 10 de fevereiro de 2004, o MST volta a se aproximar da Fazenda da Barra, ocupando, com cerca de 150 pessoas, uma área da prefeitura em frente ao portão principal da fazenda (Gonçalves, 2010).

Diante de um mandato de reintegração de posse, em maio de 2004, as famílias do MST são realocadas em uma área que ficou conhecida como “sitinho”, a qual foi cedida por um aliado do movimento. Em 21 de outubro de 2004, uma nova ocupação estabeleceu de forma definitiva o assentamento Mário Lago na Fazenda da Barra. No mês de dezembro do mesmo ano, o então presidente Luís Inácio “Lula” da Silva assinou o decreto que desapropriava a área para fins de reforma agrária.

No entanto, mesmo após assinado o decreto a batalha judicial ainda se estendeu. Foi apenas em 22 de maio de 2007 que o INCRA adquiriu definitivamente a posse da Fazenda da Barra (Dorival, 2009). Ainda em 2007, o MST liderou uma nova ocupação a uma área anexa à Fazenda da Barra conhecida como “Barra II” ou Fazenda São João. Ali foi instaurado o assentamento Antonio Gramsci. A ocupação se deu com a participação de cerca de 200 trabalhadores rurais sem-terra, seminaristas e alguns moradores dos bairros periféricos de

⁸ Para mais informações consultar Gonçalves (2010) e Andrade Júnior (2013).

⁹ “(...) FHC editou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda, dizia respeito à não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez” (Dorival, 2009, p. 78).

Ribeirão Preto. No entanto, esse acampamento em pouco tempo foi extinto devido a uma ordem de reintegração de posse.

Durante o processo de luta pelas terras da Barra, muitos conflitos internos ao movimento surgiram, resultando em algumas divisões. Primeiramente, a partir de uma dissidência do MST surgiu o assentamento Santo Dias da Silva, vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Posteriormente, ainda outros dois assentamentos foram criados, Índio Galdino e Luísa Mahin. Assim sendo, no ano de 2012 na antiga Fazenda da Barra, de acordo com informações do INCRA, coexistiam quatro acampamentos Mário Lago (263 famílias), Santo Dias da Silva (111 famílias), Índio Galdino (41 famílias) e Luísa Mahin (53 famílias). As razões que conduziram à divisão dos assentamentos dizem respeito principalmente ao desacordo sobre as regras que regem os assentamentos e às formas de atuação dos diferentes movimentos.

Segundo Firmiano (2009), em 2007, a Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Fundiários realiza a mediação da assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar, entre assentados e INCRA, no qual é firmado, entre outros, o compromisso de tornar a antiga Fazenda da Barra um assentamento baseado em princípios ecológicos, políticos, econômicos e sociais previstos na constituição. Assim sendo, o INCRA se comprometia a realizar uma organização do assentamento garantindo: “a) grandes áreas de produção coletiva, de forma cooperativa, compostas por Sistemas Agroflorestais (SAFs), Sistemas Silvopastoris e outros Sistemas Agroecológicos”; “b) pequenas áreas de produção familiar, em módulos situados nas Agrovilas” e, “c) áreas de uso comum dos assentados para atividades sociais, culturais e de lazer” (MP/SP conforme citado por Firmiano, 2009).

Em 2010, o INCRA, o Ministério Público e os assentados na Fazenda da Barra firmam o Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) que regulamenta as formas de manuseio da terra na Barra. Das 468 famílias assentadas na Fazenda da Barra, 439 comprometeram-se com o CAC (Andrade Júnior & Maniglia, 2011). Até 2012, o assentamento Mário Lago era o décimo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implantado no estado de São Paulo pelo INCRA.

Na época em que o Mário Lago se caracterizava como acampamento, havia vários setores ativos para sua organização. Eram estes: educação, ciranda, saúde, esporte/cultura e lazer, segurança, gênero, produção, frente de massas, finanças, secretaria, formação, comunicação. Cada um desses sendo composto com um número entre quinze e vinte pessoas. Em 2012, o assentamento Mário Lago contava com os setores de saúde, educação e produção, possuindo cada um respectivamente cinco pessoas, oito pessoas e dez pessoas. A coordenação do assentamento existe desde 2003 e se reúne a cada quinze dias. Cada lote individual da Fazenda da Barra possui 1,58 hectares (48% do território total). Há também áreas exclusivas de proteção ambiental e outras de produção coletiva.

Por fim, sobre a o processo de desapropriação da Fazenda da Barra o promotor de Justiça Marcelo Pedroso Goulart afirma que a desapropriação para fins de reforma agrária ocorreu por um conjunto de fatores

(...) a ação do Ministério Público, apurando a questão do imóvel, requisitando a abertura do processo administrativo e atuando nos processos judiciais;. Não teria ocorrido a desapropriação da Fazenda da Barra se não tivesse um INCRA disposto a bancar essa desapropriação; não teria ocorrido a desapropriação da Fazenda da Barra se o movimento social, o MST, não tivesse realizado a ocupação; não teria ocorrido a desapropriação se não tivesse tido uma articulação da [Secretaria da] Cidadania em apoio ao movimento sem-terra, quando da ocupação e na luta pela desapropriação da Fazenda da Barra; não teria ocorrido se a Justiça não tivesse julgado como julgou, seja a ação possessória, seja a ação de emissão de posse. Então, se você tirar um desses fatores, a [Fazenda da] Barra não sairia. Então, não dependeu só do Ministério Público, mas sem o Ministério Público não sairia; não dependeu só do MST, mas sem o MST não sairia; não dependeu só das decisões judiciais; não dependeu só do INCRA. Então foi assim: uma conjunção de fatores importantes que num determinado momento histórico possibilitou essas terras [...] (Goulart conforme citado por Firmiano, 2009:133).

Psicologia Política, Políticas Públicas e Luta por Direitos

A psicologia política deve ser entendida como um campo necessariamente interdisciplinar com uma multiplicidade de abordagens e perspectivas (Rosa & Silva, 2012; Silva, 2001, 2012). Desenvolvemos nossa análise a partir de um olhar possível dentro de tal diversidade.

González Suárez (2008) defende que a psicologia política possui como um de seus objetivos centrais propiciar o desenvolvimento da saúde mental – individual e coletiva – a partir de um enfoque de direitos. A autora entende que a saúde mental está relacionada não apenas a processos estritamente subjetivos, mas também às mais diversas esferas que compõe o homem enquanto ser social: política, cultural, social, econômica. Assim sendo, pensar o desenvolvimento de um indivíduo ou uma comunidade saudável implica necessariamente em pensar o desenvolvimento e a efetivação de direitos diversos relacionados a tais esferas. Para González Suárez (2008), é por meio prioritariamente de políticas públicas eficazes que os direitos podem de fato se concretizar.

Segundo a definição de González Suárez (2008), podemos abordar a luta pela terra por meio de um olhar psicopolítico. Ao compreender que a saúde mental deve ser vista a partir da totalidade de dimensões que compõe o homem enquanto ser social, podemos perceber como os direitos conquistados pelos assentados são potencializadores de saúde individual e coletiva. Tomando um panorama mais geral, evidenciam-se por meio de dados do INCRA (2010) avanços significativos em diversas áreas da vida dos beneficiários da reforma agrária por todo o país. Segundo a pesquisa, os assentados reconhecem melhorias em diversas áreas: moradia (73,5% dos assentados declaram melhorias), alimentação (64,86%), educação (63,29) e renda (63,09). Essas melhorias reconhecidas pelos assentados compõe

o processo de desenvolvimento da saúde mental em suas comunidades, ou seja, o avanço no campo dos direitos geram comunidades mais saudáveis (González Suárez, 2008).

Pensando de forma mais específica no assentamento Mário Lago, vários relatos também indicam significativos avanços – materiais e subjetivos - por meio da luta e do acesso à terra (Rosa, 2013). Consideramos os trechos abaixo ilustrativos desse processo.

Hoje você ter um pedaço de terra desse você se considera um rico. Você é uma pessoa rica. Não é de dinheiro. É você tá assim em um lugar que você se sente bem (Lúcio)¹⁰.

Dou muito valor no que eu faço. Se eu não fizesse o que eu faço, eu nem sei como eu tava hoje. Talvez eu tava uma pessoa ai cheia de depressão, cheia, cheia de muita coisa negativa, sabe? E hoje assim, graças a Deus, minha luta eu faço com amor, gosto (Maria).

Ela [ex-militante do MST] começou me falar de como o movimento se organizava. Que aqui era um espaço no acampamento que o movimento discutia muito a questão da educação, a questão dos setores. Que as pessoas eram muito unidas (...). Com algumas normas, não de cima pra baixo, as normas discutidas coletivamente (Geraldo).

Nos relatos acima podemos apreender parte da complexa relação entre a luta por direitos e a saúde mental dos sujeitos. Lúcio considera que a conquista da terra fez dele um homem rico. Entretanto essa riqueza não se relaciona estritamente a ganhos materiais, mas principalmente a ele poder sentir-se bem no lugar onde vive. No trecho de Maria, por sua vez, é destacada a importância que não só a conquista, mas a própria luta por direitos possui para ela. A assentada identifica sua saúde mental com a atividade política que ela exerce. No âmbito coletivo, o assentamento, mesmo com seus limites, se mostra como uma comunidade significativamente saudável e geradora de saúde. Geraldo relata que o assentamento, desde os tempos de acampamento, possui uma organização capaz de discutir suas dificuldades, elaborar coletivamente suas normas e manter seus membros unidos. Sustentamos que o implemento de políticas públicas que gerem avanços no campo dos direitos, assim como a possibilidade de poder lutar e defender tais direitos, são fundamentais para se alcançar a meta de sujeitos e comunidades mentalmente saudáveis.

Segundo Fernandes (2013) a efetivação dos direitos relacionados à reforma agrária deve ser assegurada pelo Estado, no entanto é apenas a partir da articulação e da luta de sujeitos políticos diversos que tais direitos se concretizam de fato. Evidencia-se que a potência da conquista do direito à terra em Ribeirão Preto apenas começa a se tornar ato a partir dos embates políticos, jurídicos, ideológicos e sociais empreendidos pelos múltiplos atores ali envolvidos. É a articulação de diferentes sujeitos coletivos e individuais com atuações

¹⁰ Relatos extraídos de Rosa, 2013.

prioritárias em campos diversos que possibilita que, em meio ao conflito agrário existente na região, o bloco defensor da reforma agrária possa ter vitórias diante do bloco protagonizado pelo agronegócio. Nesse sentido a ação do bloco defensor da reforma agrária – e de todos os sujeitos que o compõe – possui elementos psicopolíticos, pois visa à expansão de direitos potencializadores de saúde mental.

As conquistas abordadas nesse texto são sem dúvidas um foco de esperança na efetividade da força de articulação e mobilização de sujeitos políticos diversos em defesa do direito à terra. No entanto, muito ainda há por ser feito e conquistado. Segundo Stedile e Fernandes (2012) a reforma agrária reivindicada pelo MST implica em transformações na estrutura fundiária e de produção agrícola brasileira, diferente da política de assentamentos atualmente em curso, que não provoca tais mudanças estruturais. De acordo com esses autores, as ações do poder público são, via de regra, isoladas e insuficientes para de fato garantir o desenvolvimento sustentável dos assentamentos (Stedile & Fernandes, 2012).

Nos assentamentos da Fazenda da Barra não é diferente. Nas palavras de um assentado

(...) então falta muito pra que a gente alcance os objetivos. Por exemplo, eu tenho... aquilo que eu disse, na minha vida pessoal é falta ainda de políticas públicas. Falta escola. Falta água (...) (Geraldo).

Segundo Andrade Junior (2013) existe na área da Barra a necessidade de um complexo direcionamento de políticas públicas para possibilitar a estruturação dos assentamentos, no entanto tal demanda não tem sido atendida de forma adequada. Entre as várias adversidades enfrentadas pelos assentados destacam-se as dificuldades de acesso à água, à educação, à coleta de lixo e à formação necessária para realizar um bom uso dos financiamentos disponibilizados¹¹, os quais acabam em muitos casos resultando no endividamento dos assentados (Rosa, 2013).

Admitimos avanços no que diz respeito à luta pela reforma agrária em Ribeirão Preto, no entanto a conquista da terra é apenas parte do processo e não seu fim. A partir da conquista da terra novas lutas se delineiam, essas principalmente relacionadas à implementação de políticas públicas que garantam a estrutura necessária para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Assim como na luta pela terra, a luta por tais políticas deverão ser desempenhadas a partir da articulação de múltiplos sujeitos políticos que possam em conjunto exercer a pressão necessária para a efetivação de seus direitos. A reforma agrária vai além da conquista da terra, segundo Fernandes (2013:191)

¹¹ Em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

(...) para implantar a reforma agrária é preciso muito mais do que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa.

O acesso a terra possibilitou avanços no que concerne aos direitos das pessoas assentadas em Ribeirão Preto. Tais avanços potencializaram significativamente o desenvolvimento da saúde mental desses sujeitos, seja em âmbito pessoal ou coletivo. No entanto, a falta de políticas públicas que garantam a adequada estruturação dos assentamentos exige que novas lutas sejam travadas. A partir de um enfoque psicopolítico, evidencia-se que a busca por uma comunidade saudável compele a uma atuação que transcende espaços ou instituições fixas. Se o dever do psicólogo político é lutar pela saúde mental a partir de um olhar mais amplo voltado para os direitos, faz-se necessário que esse sujeito atue lá onde tais direitos são disputados e conquistados. Faz-se necessário que ele esteja imerso nas relações de poder e junto aos diversos agentes que compõem a luta em prol de políticas públicas eficazes.

Referências

- Andrade Júnior, José R. P. (2013). *Lutas ecossociais no contexto do agronegócio canavieiro: (re)-ordenação social nas lutas contra a queima da cana-de-açúcar e por uma reforma agrária ambientalizada*. (Dissertação de Mestrado). Franca, SP: UNESP.
- Andrade Júnior, José R. P., & Maniglia, Elisabete. (2011). Reforma agrária na região de Ribeirão Preto: A concretização jurídico-política de um modelo contra-hegemônico de produção agrícola. *Anais do Simpósio Internacional e do 4o Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 5.
- Dorival, Borelli F. (2009). *A luta pela posse da terra na região de Ribeirão Preto: O processo de formação e organização do assentamento Mário Lago* (Dissertação de mestrado não publicada). Araraquara, SP: Centro Universitário de Araraquara.
- Fernandes, Bernardo M. (2013). A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In Emir Sader (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (pp. 191-205). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO.
- Firmiano, Frederico D. (2009). *A formação cultural dos jovens do MST: A experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo, SP: Editora UNESP/Cultura Acadêmica. Recuperado de <http://static.scielo.org/scielobooks/49yt7/pdf/firmiano-9788579830433.pdf>
- Gonçalves, José C. (2010). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP* (Dissertação de mestrado não publicada). São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos.
- González Suárez, Mirta. (2008). *Psicología Política*. San José, C. R.: Editorial UCR.
- Ianni, Octávio. (1984). *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2010). *Reforma agrária: Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária: Apresentação dos primeiros resultados*. Recuperado de <http://pqra.incra.gov.br>
-

- Morissawa, Mitsue. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2009). *Um histórico do MST*. Recuperado de <http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2013). *Lema do 6º Congresso do MST: "Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!"*. Recuperado de <http://www.mst.org.br/congresso6/Lema-do-6-Congresso-do-MST-e-Lutar-construir-Reforma-Agraria-Popular>
- Rego Barros, Clarissa F. (2008). MST: Lutas, história, perspectivas. *Revista História Agora*, 6, 1-19. Recuperado de <http://www.historiagora.com/revistas-antteriores/historia-agora-no6/34/70-mstlutas-historia-perspectiva>
- Rosa, Leandro & Silva, Alessandro S. (2012). A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. In Marco Antonio Bettini de Almeida; Alessandro Soares da Silva & Felipe Corrêa Pedro. *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo, SP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. Recuperado de http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Rosa, Leandro A. (2013). *Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural* (Dissertação de Mestrado). Ribeirão Preto, SP: USP.
- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica. *Interações*, v. VI, n. 12, 69-90. Acessado em 11/05/2012, de: <http://www.redalyc.org/pdf/354/35461204.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da. (2002). *Acampados no 'Carlos Mariguela': Um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias acampadas no Pontal do Paranapanema - SP*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, Alessandro Soares da. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Revista Psicologia Política*, 3(5), 55-88.
- Silva, Alessandro Soares da. (2010). Caminho da terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema – SP – desde uma ótica psicopolítica. *Psicologia em Estudo*, 15 (1), pp. 137-149.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12 (25), 409-425.
- Silva, Maria A. M. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP.
- Silva, Maria A. M. (2004). *A luta pela terra: Experiências e memória*. São Paulo, SP: UNESP.
- Stedile, João P. & Fernandes, Bernardo M. (2012). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Urquiza, Paulo R. U. (2009). *História da Escola Itinerante Caminhos do Saber – Ortigueira – PR – 2005-2008* (Dissertação de mestrado não publicada). Londrina, PR: Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina.

Recebido em 24/07/2012
Aceito 13/09/2012